



Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Superior: a produção encontrada no banco de teses e dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (2017-2025)

Ivete Maria dos Santos

UESC

imdsantos@uesc.br

Resumo: O acesso, a permanência e a plena participação dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), devem ser garantidos pelas Instituições de Ensino Superior, a partir de sua organização e disponibilização de serviços. Diante disso, o presente artigo teve como objetivo analisar as produções científicas no Banco de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) acerca da presença de estudante com TEA no Ensino Superior, no período entre 2017 e 2025. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, onde foram analisados 38 (trinta e oito) trabalhos. Os resultados apontam que ainda é reduzido o número de pesquisas que tratam sobre a temática.

Palavras-chave: Inclusão; Autismo; Ensino Superior; Acessibilidade.

Abstract: Access, retention, and full participation of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) must be guaranteed by Higher Education Institutions through their organization and provision of services. Therefore, this article aimed to analyze scientific publications in the CAPES Theses and Dissertations Database and the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) regarding the presence of students with ASD in Higher Education, between 2017 and 2025. This is a bibliographic research, where 38 (thirty-eight) works were analyzed. The results indicate that the number of studies addressing this topic is still limited.

Keywords: Inclusion; Autism; Higher Education; Accessibility.

Introdução

A Educação Inclusiva baseia-se na concepção de educação que se fundamenta nos direitos humanos, através da igualdade e da diferença de maneira indissociáveis (Brasil, 2008). Ao identificarmos as dificuldades do nosso sistema educacional em lidar com a complexidade que envolve a aprendizagem e a diversidade dos sujeitos temos a necessidade de reavaliar as práticas pedagógicas para que sejam evitadas situações de exclusão.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), contempla aspectos transversais da Educação Especial que orienta suas ações na Educação Superior. O acesso, a permanência e a plena participação dos estudantes, devem ser garantidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES), a partir de sua organização e

disponibilização de serviços e recursos que garantam a participação no âmbito acadêmico, rompendo barreiras arquitetônicas, comunicacionais, de informação, tecnológica e atitudinais.

A Educação Especial enquanto modalidade, atinge todos os níveis de ensino de modo transversal tendo como público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. A Lei nº 12.764, também conhecida como Lei Berenice Piana, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012), e passou a considerar a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

Em meio ao reconhecimento tardio do TEA na política educacional, os dados do Censo da Educação Superior de 2024 (INEP, 2025), apontou que cerca de dezesseis mil estudantes com TEA ingressaram na Educação Superior. Ao considerarmos essa realidade, faz-se necessário ampliar estudos e iniciativas que tenham como foco investigar as condições de permanência desses discentes nessa modalidade de ensino. Este público precisa de práticas institucionais apropriadas, visto que sua trajetória educacional é marcada pela estigmatização e preconceito.

A contribuição das pesquisas voltadas para as demandas desse público, pode nortear as IES na adoção de políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento acadêmico desses discentes. Diante disso, o objetivo dessa pesquisa consiste em analisar a produção de conhecimento acumulada no âmbito do Banco de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), acerca da presença de estudante com TEA no Ensino Superior, no período entre 2017 e 2025.

1 Referencial Teórico

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldade persistentes na comunicação e interação social e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Brasil, 2012). De acordo com Oliveira et. al (2025) a etiologia do autismo ainda permanece desconhecida, as pesquisas apontam que o autismo é uma condição multifatorial, decorrente de uma interação complexa que envolve fatores genéticos, epigenéticos e ambientais.

A cognição social é uma área central no que se refere aos desafios enfrentados por pessoas com autismo. As diferenças na forma como o cérebro processa as informações sociais podem levar a dificuldades significativas nas interações diárias. Isso inclui a capacidade de

reconhecer emoções, interpretar intenções e compreender o contexto social. Não se trata de uma falta de interesse em socializar, mas sim, de uma dificuldade em decodificar as regras e os sinais complexos do universo social (Gomes; Portes; Egídio, 2025).

Em relação aos padrões restritos e repetitivos de comportamento, essas características abrangem movimentos estereotipados ou atípicos; dificuldade de alterar padrões de pensamentos e comportamentos (rigidez cognitiva); interesses altamente restritos e focados (hiperfoco); alteração no processamento de estímulos sensoriais que pode se manifestar através da hipersensibilidade (incomodo com barulhos altos, luzes fortes, texturas de tecidos ou objetos, sensibilidade gustativa e olfativa), ou hiposensibilidade (comportamentos como balançar o corpo, não sentir dor ao se machucar), que podem impactar a vida diária (Del Porto e Assumpção Jr., 2023).

Contudo, ainda de acordo com os autores a intensidade das características se manifesta de forma muito diversa em cada indivíduo. Essa diversidade torna o uso do termo “espectro” mais adequada quando falamos de autismo, pois abrange três diferentes níveis de suporte que refletem a autonomia da pessoa, sua necessidade de ajuda e a intensidade das características. Silva *et al.* (2022) tem destacado que a classificação por níveis não é estanque, pois, sujeitos pertencentes ao mesmo nível, mostram grande variabilidade no comportamento, tanto nos fatores relacionados à comunicação e interação social, quanto nos aspectos comportamentais rígidos. O objetivo principal da classificação é garantir que a pessoa com autismo receba o suporte adequado para viver o mais independentemente possível.

Da mesma maneira, a legislação sobre autismo é crucial para garantir os direitos e a inclusão dessas pessoas. Um exemplo disso é a Lei nº 13.861 que incluiu as especificidades inerentes ao TEA nos censos demográficos, o que permitiu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletar pela primeira vez, informações sobre autismo no Brasil para subsidiar a criação e o planejamento de políticas públicas direcionadas a essa população.

Os resultados do Censo Demográfico de 2022 indicaram que 2,4 milhões de pessoas declararam ter recebido diagnóstico de TEA, o que corresponde a 1,2% da população residente no Brasil. A prevalência de TEA entre as grandes regiões não apresentou grandes diferenças, as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste registraram 1,2% e a região Centro-Oeste um pouco menos, 1,1%. No entanto, quando observamos o número de pessoas, a região sudeste é a região com a maior quantidade de pessoas diagnosticadas com TEA, com cerca de 1,0 milhão. No que se refere ao nível de instrução de pessoas com autismo com 25 anos ou mais de idade, os resultados apontaram que o número de pessoas com TEA com médio

completo e superior incompleto, corresponde a 25,4%, frente a 32,3% da população total (IBGE, 2024).

Especificamente, em relação ao ingresso de pessoas com autismo no Ensino Superior, entre 2023 e 2024 as matrículas de estudantes com TEA aumentaram 64%, saltando de 9.718 para 15.941 (Inep, 2024). Freitas e Sanches (2022) atribuem esse crescimento aos dispositivos legais como a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) garantindo os mesmos direitos aplicados a outras deficiências, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garante as pessoas com TEA o direito a educação inclusiva em igualdade de oportunidades, em todos os seus níveis.

Vale destacar, que esses números se encontram distante da realidade, tendo em vista a subnotificação de adultos com autismo. Entre os fatores que contribuem para essa realidade temos o diagnóstico tardio, causado pelo desconhecimento dos profissionais sobre a diversidade de sintomas, a desinformação do sujeito e da própria família, a dificuldade de acesso a serviços de saúde e a presença de comorbidades que acaba camuflando a condição (Nalin *et al.*, 2022). Diante disso, muitos adultos estão no Ensino Superior sem compreender suas próprias dificuldades e diferenças.

Ferrari (2016) alerta que, os alunos com TEA enfrentam desafios no ensino superior que se concentram em dificuldades de organização, comunicação, interações sociais, e processamento de informações. Muitos alunos têm problemas para gerenciar tempo, entender instruções ambíguas e lidar com o estresse e a imprevisibilidade, que podem ser agravados por ambientes com estímulos sensoriais intensos.

Barbosa e Gomes (2019) defendem que uma instituição de Ensino Superior inclusiva deve propiciar a todos os alunos, experiências educativas que possibilitem um novo olhar para o outro, o respeito às diferenças e a promoção da participação de todos nas aulas, flexibilizando suas práticas, de modo a considerar a heterogeneidade existente na sala de aula.

A fragilidade da formação de professores e do suporte institucional, aliada à invisibilidade do discente com autismo, cria barreiras que reforçam sentimentos de solidão, inadequação e isolamento. Por isso, Melo, Constant e Ferreira (2023) alertam que a responsabilidade da inclusão de pessoas com autismo no Ensino Superior não cabe apenas ao núcleo de acessibilidade, mas a todos aqueles que fazem parte da comunidade acadêmica são corresponsáveis pela construção de uma universidade acessível e inclusiva.

2. Metodologia

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, pois prioriza a compreensão da dinâmica das relações sociais (Gerhardt; Silveira, 2009). A metodologia adotada na investigação foi a pesquisa bibliográfica. O levantamento de dados foi realizado nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no período de 2012 a 2025. O recorte temporal teve como referência a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Nos critérios de inclusão foram utilizados de forma combinada os descritores na língua portuguesa “autismo”, “autista”, “ensino superior”. Foram selecionados 289 trabalhos que traziam os descritores em seu título ou palavras-chave. Após a leitura dos resumos foram excluídos: (1) trabalhos que não estavam relacionados ao Ensino Superior; (2) trabalhos indisponíveis para abertura; (3) trabalhos defendidos fora do período selecionado. Dessa maneira, após analisados e excluídos aqueles que não atingiam os critérios de seleção, a busca final resultou na seleção de 38 trabalhos, conforme Quadro 1:

Quadro 1: Relação de trabalhos selecionados

AUTOR(A)	TÍTULO DO TRABALHO	ANO
OLIVATI, A. G.	Percepção do suporte social e trajetória acadêmica de estudantes com transtornos do espectro autista em uma universidade pública.	2017
AZEVEDO, L. A.	As repercussões das redes sociais significativas de estudantes com deficiência no contexto do ensino superior.	2017
RODRIGUES, M.	Formação docente para inclusão de estudantes público-alvo da educação especial em cursos de licenciaturas da Universidade Federal de Rondônia.	2018
PEREIRA, A. Q.	Transtorno do Espectro Autista: uma experiência no ensino superior.	2019
AGUILAR, C. P. C.	Desafios da inclusão: barreiras enfrentadas por pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior.	2019
REZENDE, R. M. C.	Formação docente para inclusão do aluno com transtornos do espectro autista no ensino superior.	2019
MACEDO, E. C.	Educação profissional e tecnológica inclusiva: proposta de formação colaborativa sobre TEA para docentes do IFRN.	2019
MARIA, R. P.	Indicadores para a construção de REA na educação	2019

	superior em uma perspectiva de inclusão.	
SILVA, V. C.	O estudante com Transtorno de Espectro Autista nas universidades brasileiras.	2020
SILVA, S. C.	Acessibilidade para estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior.	2020
BANDEIRA, L. L.	Olhar de discentes com TEA e de seus docentes sobre o processo de inclusão na UNB.	2020
GUIMARÃES, M. C. A.	Trajetórias escolares de pessoas com deficiência e as políticas de educação inclusiva 2008-2018: da educação básica ao ingresso por cotas na UFMG.	2020
ALBUQUERQUE, R. M.	O ensino de cálculo diferencial e integral adaptado para discente com transtorno do espectro autista e discalculia: um estudo de caso com base em Vigotski.	2020
TEIXEIRA, K. B. S.	Vivências de pessoas com autismo que concluíram o ensino superior no município de Porto Velho/RO: uma análise histórico-cultural.	2021
SANTOS, R. G. C.	Narrativas sobre o Percorso Formativo de Autistas Licenciandos em Matemática.	2021
FRANÇA, N. R. M. F.	Eu, tu, ele: ancoragens da representação social do aluno com transtorno do espectro autista no ensino superior.	2021
CANAL, S.	A inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação superior.	2021
FREITAS, R. G.	Autismo e aprendizagem: a Análise do Comportamento como ferramenta capacitadora dos futuros docentes formados pelo Instituto Federal Fluminense - Campus Campos Centro.	2021
GUAZZELLI, N. M.	Educação inclusiva e formação de professores: a presença da temática do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) nos currículos de graduação em Pedagogia.	2021
FREIBERGER, F. P. G.	Revisão sistemática de trabalhos na interface: análise do comportamento e intervenções educacionais com alunos TEA.	2021
SALES, J. F.	Avaliação da aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo no ensino superior: estudo de caso na Universidade Federal do Ceará.	2021
BRUM, V. R. A. S.	Adultos autistas: permanência na educação superior e participação no mundo do trabalho.	2022
ACUÑA, J. T.	Acessibilidade pedagógica ao universitário com transtorno do espectro autista: contribuições da psicologia à prática docente.	2022
SOUZA, N. T. B. S.	Percepções de estudantes com transtorno do espectro autista quanto aos processos de inclusão: acesso e permanência na UFRN.	2023
PEREIRA, C. F.	O reconhecimento do estudante com Altas Habilidades/Superdotação e Transtorno do Espectro do Autismo: o contexto do ensino superior.	2023
PIRES, F. S.	Trajetória acadêmica de estudantes com Transtorno do	2023

	Espectro do Autismo e Deficiência Intelectual no ensino superior: similaridades e diferenças.	
SILVA, N. B. S.	Percepção e disponibilidade ao atendimento de pacientes com necessidades especiais por graduandos em Odontologia no município de Fortaleza-CE.	2023
SANTOS, T. S.	Comunicação Social em estudantes universitários com TEA: implicações para o desempenho acadêmico.	2023
FERREIRA, A. T.	Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior: um estudo de caso do coletivo autista da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	2024
EMER, E. T.	Atravessamentos e implicações na vida acadêmica de estudantes autistas no ensino superior.	2024
SILVA, K. J.	Habilidades sociais e expectativas acadêmicas como indicadores da adaptação de estudantes neuroatípicos ingressantes à universidade.	2024
SILVA, S. L.	Vozes de estudantes com deficiência no ensino superior: um olhar para si, para a universidade e para a coletividade.	2024
SILVA, G. S.	Processos de inclusão de alunos autistas no ensino superior: a construção de um grupo de discussão.	2024
GANDOLFI, G. C.	Percepção de professores do Ensino Superior sobre a inclusão de alunos autistas.	2024
FERREIRA, J. S.	APP NORTEAR: protótipo de aplicativo educacional como apoio ao docente que atua com discente com Transtorno do Espectro do Autismo no Ensino Superior.	2024
SILVA, R. L.	Ver-o-autismo: protótipo de aplicativo educacional sobre Transtorno do Espectro do Autismo para estudantes de Psicologia.	2024
SILVA, T. E. O.	Narrativa sobre práticas de ensino de ciências e matemática para um aluno com diagnóstico de TEA no ensino superior.	2024
SANTOS, E. R.	Trajetória política de estudantes com deficiência na Universidade Federal da Bahia.	2025

Fonte: Elaboração da Autora (2025).

A análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo de Bardin (2015) que se baseia em operações de desmembramento do texto em unidades e seu reagrupamento em classes ou categorias. Apesar desse método ter características eminentemente quantitativas, também possibilita momentos qualitativos, por meio do uso de categorias de análise.

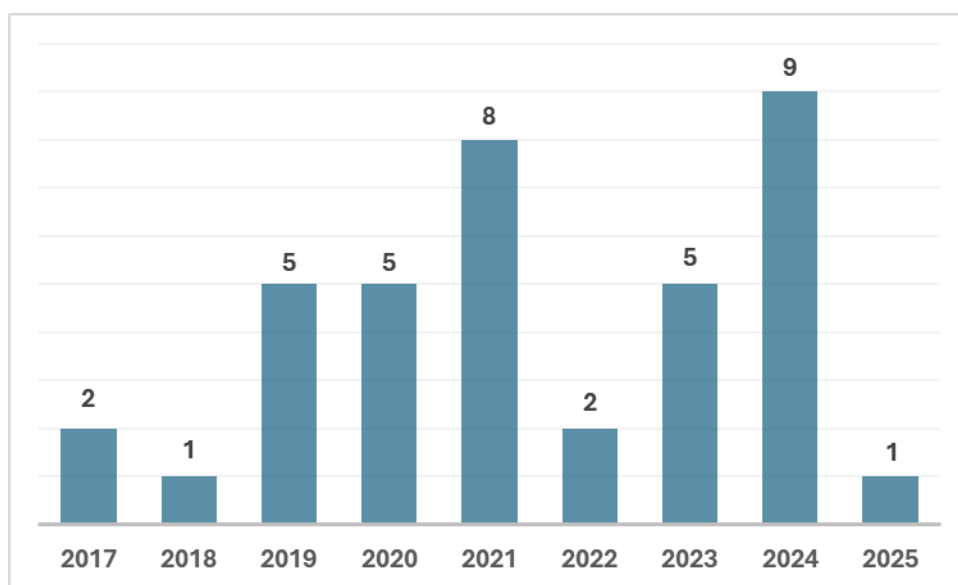
3 Resultados e Discussão

Os trabalhos selecionados foram divididos em três categorias, definidas *a priori*, são elas: a) Distribuição das pesquisas ao longo dos anos e por regiões brasileiras; b) Aspectos Metodológicos; c) Foco Temático.

a) Distribuição das pesquisas ao longo dos anos e por regiões brasileiras

Conforme pode ser verificado na figura 1, o número de dissertações e teses sobre o assunto ainda é muito pequeno, e não acompanha o aumento gradual do número de ingressos no Ensino Superior apresentado nas estatísticas do Inep no período de 2017 a 2024, nem o arcabouço legal produzido no período que possibilitaram a ampliação do acesso a essa modalidade de ensino.

Figura 1: Número de trabalhos sobre TEA no Ensino Superior (2017-2025)



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os resultados que tratam do levantamento das regiões brasileiras onde os trabalhos foram defendidos, verificou-se que a região Sudeste mantém a maior proporção das pesquisas, com 39%, sendo do Estado de São Paulo o maior número de trabalhos. Na segunda posição encontra-se a região Nordeste e Sul com 24%. A região Norte apresenta 8%, e a Centro-Oeste, com 5%. Em uma pesquisa realizada por Azevedo e Santos (2009), a região Sudeste concentra o maior número de cursos de pós-graduação no país, o que explica o maior percentual.

No que se refere às instituições onde as pesquisas foram defendidas, a maioria dos trabalhos foram produzidos em instituições federais, totalizando 62%, seguido pelas instituições privadas, com 22%, depois pelas instituições estaduais 14% e instituição comunitária que representa apenas 2% no âmbito de pesquisas sobre a temática.

Do total de trabalhos, 32 (trinta e dois) foram produzidos em nível de mestrado e apenas 06 (seis) trabalhos em nível de doutorado. Esse dado reforça a necessidade de mais produções em nível de doutorado sobre o assunto. Vale destacar que ainda podem surgir novos trabalhos referente ao ano de 2025.

b) Aspectos Metodológicos

As pesquisas apresentam uma variedade de sujeitos, métodos e procedimentos para coleta de dados. Em relação ao tipo de pesquisa constatou-se que a maioria das pesquisas apresentam uma abordagem qualitativa, sendo o Estudo de Caso (07 trabalhos), e a Pesquisa Exploratória (05 trabalhos) os métodos mais utilizados. Esse resultado é plenamente compreensível devido ao fato da maioria das pesquisas investigarem o acesso e permanência dos estudantes com autismo no Ensino Superior. O estudo de caso busca investigar com profundidade a complexidade e a especificidade do fenômeno estudado (Yin, 2014). Já a pesquisa exploratória apoia-se em temáticas pouco elucidadas (Gil, 2022).

Em relação aos instrumentos, as pesquisas apresentam uma diversidade de possibilidades de coleta de dados. A entrevista e o questionário foram os principais instrumentos utilizados. A maioria das pesquisas utilizaram ambos os instrumentos, com o objetivo de triangular e validar as informações. Os questionários foram utilizados na busca de informação primária, já as entrevistas foram empregadas na obtenção de informações mais precisas, podendo ser esclarecidas e aprofundadas diretamente com os sujeitos (Oliveira *et al.*, 2016).

O grupo focal foi utilizado em três pesquisas (Rodrigues, 2018; Aguilar, 2019; Ferreira, 2024) com a finalidade de coletar informações por meio das interações grupais em torno de um tema de interesse comum aos participantes. Especificamente nesses trabalhos buscou-se averiguar a opinião dos estudantes com TEA sobre as condições de acessibilidade nas IES.

Nas pesquisas de Olivati (2017) e Silva (2024) foram coletados dados a partir da Escala de Percepção do Suporte Social, Expectativas Acadêmicas para Ingressantes na

Educação Superior e habilidades sociais, para verificar os fatores que podem influenciar no desempenho acadêmico e na adaptação às demandas universitárias do estudante com TEA.

Nas pesquisas quantitativas, os dados e microdados de Silva, (2020a) e Silva, (2020b) e foram coletados a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Também no estudo coorte retrospectivo de Pires (2023), foi utilizado o banco de dados secundários de estudantes de graduação, com deficiência, referente ao período de 2012 a 2020, disponibilizado pelo Diretório de Registro e Controle Acadêmico da Universidade Federal de Minas Gerais, com o objetivo conhecer a trajetória acadêmica e as condições de acessibilidade dos estudantes com TEA.

No que se refere ao público-alvo, a maioria das pesquisas investigaram estudantes com TEA, gestores (reitor, coordenador de curso, assessores, diretores), profissionais de apoio (profissionais do núcleo, psiquiatra) e docentes. Contudo, vale destacar o número reduzido de pesquisas envolvendo docentes, considerando que a formação de professores é um tema central no que se refere a inclusão.

c) Foco Temático

Para analisar o foco temático, os trabalhos foram distribuídos em 04 subcategorias, definidas a *posteriori* de acordo com a proximidade com o objeto de pesquisa, são elas: Trajetória acadêmica de estudantes com TEA; Formação profissional; Tecnologias Assistivas; Ensino e Aprendizagem e Temas Diversos.

A subcategoria “*Trajetória acadêmica de estudantes com TEA*” é composta por 22 (vinte e dois) trabalhos que investigam o processo de ingresso e permanência, buscando averiguar a trajetória acadêmica e os aspectos de acessibilidade percebidos por estudantes com TEA matriculadas no ensino superior. Para exemplificar esse contexto, podemos destacar a pesquisa de Olivati (2017) que analisou como seis estudantes com TEA percebiam sua trajetória acadêmica. Os participantes relataram situações de *bullying*, o despreparo docente, o uso de metodologia e avaliações que desconsideravam as características do TEA.

O estudo desenvolvido por Aguilar (2019), buscou identificar como ocorria o processo de adaptação dos estudantes à universidade, apontando as dificuldades enfrentadas e as estratégias utilizadas. Entre as dificuldades relatadas estão a sobrecarga sensorial e/ou emocional e no relacionamento com seus pares e com os docentes. Quanto as estratégias, alguns estudantes optaram por comunicar o diagnóstico à instituição de ensino, enquanto a

maioria dos pesquisados preferiram não revelar aos colegas e professores. De acordo com Lima (2021), por medo da exclusão, muitos adultos autistas buscam se encaixar nas normas sociais, desenvolvendo estratégias de camuflagem social, também chamado de “*masking*” para mascarar as características, o que pode levar à exaustão física e emocional. A pesquisa de Aguilar (2019) também procurou identificar os recursos oferecidos pelas universidades a esses estudantes. Os resultados apontaram que as instituições têm dificuldades para oferecer adaptações didático-pedagógicas, mesmo com a existência de núcleos de acessibilidade para essa finalidade.

Já o estudo de Teixeira (2021) objetivou investigar através da Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, as vivências de três pessoas com Transtorno do Espectro Autista que concluíram o Ensino Superior. Os resultados apontaram que o preconceito, discriminação e o diagnóstico tardio são algumas das dificuldades enfrentadas pelos discentes nessa fase da escolarização, destacando a influência do diagnóstico precoce no processo de conclusão do curso. Autores com Nalin *et al.* (2022) tem alertado sobre o diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) destacando que este atraso está associado a uma maior probabilidade de desenvolver outras condições de saúde mental, como ansiedade e depressão, além de gerar dificuldades funcionais, sociais, educacionais e emocionais em adultos.

O estudo realizado por Canal (2021) buscou entender o percurso acadêmico do estudante através da percepção dos profissionais do Núcleo de Apoio à Educação Inclusiva da universidade onde a pesquisa foi desenvolvida, de professores e coordenadores de curso de graduação que tiveram contato com estudantes com TEA. Através dos resultados da pesquisa, percebeu-se que mesmo com algumas fragilidades no processo inclusivo, a universidade pesquisada conseguia oferecer suporte as necessidades específicas do estudante. Entretanto, o estudo apontou a importância dessa instituição de ensino organizar suas ações internas para que as políticas inclusivas sejam viabilizadas.

O estudo realizado por Silva (2024b) com a finalidade de investigar as habilidades sociais e as expectativas acadêmicas de 120 estudantes neurodivergentes e neurotípicos de uma instituição privada, através de escalas psicológicas, identificou elevado nível de ansiedade e estresse no grupo de estudantes neurodivergentes, por estarem menos adaptados e demonstrarem baixa expectativa de sucesso acadêmico. Nessa direção, a pesquisa de Silva (2024a) aponta a construção de grupos de discussão como uma das alternativas para auxiliar no enfrentamento as situações de sofrimento emocional e psíquico, devido às exigências da vida acadêmica. Os resultados demonstraram que os grupos contribuem de modo significativo

na vida dos estudantes, ao proporcionar acolhimento, construção de vínculos, partilha de vivências e dificuldades, melhor compreensão sobre suas comorbidades e conhecimento de si e do outro. Todavia, a pesquisadora alerta para a necessidade de consolidar novas políticas e ações de inclusão no contexto do Ensino Superior, que atendam inclusive às especificidades de alunos autistas.

De modo geral, todas as pesquisas pertencentes a essa subcategoria apontam os desafios encontrados no processo de inclusão do estudante com TEA no Ensino Superior. O desconhecimento da comunidade acadêmica, a precária acessibilidade pedagógica, as barreiras comunicacionais e atitudinais encontradas, aliado a ausência de políticas institucionais, são as principais causas que dificultam a permanência dos alunos nas instituições de ensino.

A subcategoria “*Formação profissional*” é composta por 09 (nove) trabalhos que abordam as experiências e dificuldades encontradas pelos profissionais, principalmente os docentes, para assegurar uma prática inclusiva. Nesse contexto, podemos destacar a pesquisa de doutorado de Rodrigues (2018), investigou a partir da análise documental (Projetos Pedagógico) e do grupo focal, os aspectos da acessibilidade pedagógica e atitudinal nas ações de ensino destinadas à formação de professores nos cursos de licenciatura. Os resultados mostraram a partir dos currículos analisados, a ausência de disciplinas, conteúdos, práticas pedagógicas e atividades de estágios voltados para o atendimento desse público. Além disso, as reflexões dos docentes sobre as práticas mostraram problemas conceituais e metodológicos que dificultam o desenvolvimento de ações que remetem à acessibilidade pedagógica e atitudinal necessárias à inclusão.

A pesquisa-ação desenvolvida por Macedo (2019) buscou avaliar as contribuições de um programa de consultoria colaborativa para capacitação de 37 docentes do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) sobre o processo de ensino para educandos com TEA. Os resultados do estudo sinalizaram ganhos de conhecimento e mudanças nas práticas de ensino, tanto do ponto de vista dos professores quanto dos alunos, o que favorece a inclusão social e educacional de alunos com TEA.

Já a pesquisa de Gandolfi (2024) teve por objetivo principal compreender e analisar a percepção dos professores do ensino superior acerca da inclusão de alunos autistas. Para isso, o pesquisador verificou a opinião dos professores sobre o processo de ensino e aprendizagem de alunos com TEA, os conhecimentos dos docentes a respeito da legislação sobre o assunto e o seu posicionamento sobre as possibilidades para realização de um trabalho pedagógico

voltado para esses discentes. Os resultados da pesquisa indicaram lacunas na formação dos professores para lidar com a inclusão de alunos autistas, além da falta de informação sobre o TEA para a comunidade acadêmica.

Os resultados coadunam com Tavares, Santos e Freitas (2016) quando destacam a relevância do papel do professor na aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a necessidade de formação continuada para criar um ambiente inclusivo. Em linhas gerais as pesquisas pertencentes a essa categoria apontam a necessidade de repensar a formação inicial e continuada de profissionais, tanto docentes quanto não docente. As diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012), destaca a importância do incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento das especificidades dos estudantes com autismo.

A subcategoria “*Tecnologias Assistivas*” é composta por 04 (quatro) trabalhos sobre tecnologias alternativas para auxiliar na superação das barreiras enfrentadas por estudantes com TEA. Nesse contexto, podemos destacar o estudo de Maria (2019) que buscou identificar a existência de Recursos Educacionais Abertos (REA) para o ensino e a aprendizagem na área de jogos digitais/tecnologia coerentes com as características de linguagem de estudantes com TEA. Os resultados apontaram que a elaboração do REA numa perspectiva inclusiva, pode auxiliar o professor no processo de ensino e de aprendizagem, além de auxiliar os estudantes com TEA a superar os déficits de linguagem e interação.

Já a pesquisa aplicada de Ferreira (2024) teve por finalidade desenvolver um protótipo de aplicativo móvel educacional para apoiar a prática docente em sala de aula junto a estudantes com TEA no ensino superior. O aplicativo denominado APP Nortear foi desenvolvido com informações sobre as características do TEA, sugestões de práticas pedagógicas e orientações sobre Núcleos de Acessibilidade. Os resultados das avaliações permitem afirmar que o protótipo do aplicativo tem potencial para apoiar a prática do docente sem formação em inclusão, para trabalhar com o estudante com TEA. Contudo, o aplicativo não substitui a necessidade de políticas institucionais de formação docente.

Silva (2024) também desenvolveu um protótipo de aplicativo móvel chamado Ver-o-autismo, voltados para estudantes de psicologia que realizam estágio clínico curricular ou extracurricular, com o intuito de aprimorar suas habilidades de compreensão e intervenção no contexto do Transtorno do Espectro Autista. De acordo com os resultados, acredita-se que o Ver-o-autismo possui potencial formativo e oferece contribuições significativas para a formação de psicólogos interessados em trabalhar com esse público.

De acordo com Galvão Filho (2012, p.69) a tecnologia assistiva “seria uma maneira concreta de neutralizar as barreiras causadas pela deficiência e inserir esse indivíduo nos ambientes ricos para a aprendizagem e desenvolvimento, proporcionados pela cultura”. Por isso, as tecnologias assistivas devem promover a inclusão, facilitar a comunicação e estimular a colaboração para estudantes com TEA.

A subcategoria “*Ensino e Aprendizagem*” é composta por 03 (três) trabalhos sobre as dificuldades e alternativas para o ensino e aprendizagem de estudantes com autismo. Nesse grupo, destaca-se a pesquisa de Albuquerque (2020), que analisou as estratégias de ensino utilizadas na disciplina de cálculo diferencial e integral, com uma variável, adaptadas para discente com TEA e Discalculia, a partir de seus conhecimentos prévios em matemática básica. Os resultados apontaram que as estratégias utilizadas colaboraram para o envolvimento do discente nas aulas, demonstrando através das atividades avaliativas, a evolução no seu desenvolvimento cognitivo.

Já o estudo de Silva (2024c) buscou através do relato de um estudante averiguar o processo de ensino e aprendizagem de conteúdos de Ciência, e Matemática. Entre os fatores positivos que influenciaram no seu processo de aprendizagem, estão: a flexibilização do tempo, a construção de sequência de conteúdos através da enumeração de slides e a descrição do passo a passo dos exercícios, principalmente quando envolvia cálculo. Já os fatores negativos para aprendizagem, podemos citar: falta de previsibilidade, ruídos excessivos no ambiente, o uso de figuras de linguagem pelos docentes e colegas e a burocracia na universidade. A partir dos resultados encontrados foi produzido um material informativo acerca de ações que poderiam facilitar e dificultar a aprendizagem dos estudantes com TEA dentro do contexto do ensino superior.

As pesquisas apresentadas corroboram com Ferrari (2016, p. 11) quando afirma que “é preciso que haja a integração dos professores com os profissionais especializados no acompanhamento de alunos com deficiência, para que a metodologia aplicada nas aulas possa incluir todos os alunos, inclusive os autistas”.

Considerações finais

Esta pesquisa teve por finalidade mapear a produção sobre autismo no ensino superior em teses e dissertações. Embora essa produção tenha crescido, o quantitativo ainda não acompanha o número de estudantes autistas que ingressam nas IES. Um ponto que merece



destaque é o número de estudos que abordam os desafios e vivências a partir da perspectiva dos alunos com autismo. Por outro lado, o número de pesquisas sobre a formação docente para lidar com as especificidades do TEA ainda é pequeno, considerando que esse tema aparece nas falas dos estudantes como um desafio a ser superado.

Embora as pesquisas relatem inúmeros problemas a serem superados, elas também apontam algumas possibilidades como acessibilidade ao currículo, estratégias pedagógicas e tecnologias alternativas que podem nortear inicialmente as ações nas instituições de ensino. Por fim, os estudos são unânicos em apontar que a inclusão de estudantes com TEA no ensino superior é um processo contínuo que demanda compromisso de toda a comunidade acadêmica.

Referências

AGUILAR, Claudia Paola Carrasco. **Desafios da inclusão: barreiras enfrentadas por pessoas com transtorno do espectro autista no ensino superior**. 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ensino nas Ciências da Saúde). Faculdades Pequeno Príncipe, Curitiba/PR, 2019.

ALBUQUERQUE, Rosângela Maria. **O ensino de cálculo diferencial e integral adaptado para discente com transtorno do espectro autista e discalculia: um estudo de caso com base em Vigotski**. 2020. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2020.

AZEVEDO, Larissa Antonella. **As repercussões das redes sociais significativas de estudantes com deficiência no contexto do ensino superior**. 2017. 113f. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017.

BANDEIRA, Luana Lopes. **Olhar de discentes com TEA e de seus docentes sobre o processo de inclusão na UnB**. 2020. 175 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Universidade de Brasília, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1ª edição. São Paulo: Edições 70, 2015. 288 p.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012.



DEL-PORRO, José Alberto; ASSUMPTÃO JR, Francisco B. (org.). **Autismo no adulto**. Porto Alegre: Artmed, 2023. 51-62p.

DONATI, Grace Cristina Ferreira; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Consultoria colaborativa no Ensino Superior, tendo por foco um estudante com TEA. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 2, p. 1459-1470, 2018.

FERRARI, J. B. **Inclusão de um estudante autista no Ensino Superior, um relato de experiência na UFPR Litoral**. São Carlos. Anais... do VII Congresso Brasileiro de Educação Especial. São Carlos, 2016.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2022.

FERREIRA, Juliene de Sousa. **App Nortear**: protótipo de aplicativo educacional como apoio ao docente que atua com discente com Transtorno do Espectro do Autismo no Ensino Superior. 2024. 187 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) - Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação, UFPA, Belém/PA, 2024.

GANDOLFI, Gustavo César. **Percepção de professores do Ensino Superior sobre a inclusão de alunos autistas**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2024.

GOMES, Marlucci Camila; PORTES, João Rodrigo Maciel; EGIDIO, Andrielle. Avaliação da teoria da mente em adultos com autismo: revisão da literatura. **Revista Psicopedagogia**, [S. l.], v. 42, n. 127, p. 120–131, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2021**. Brasília, DF: INEP, 2022.

MARIA, Renato Pandur. **Indicadores para a construção de REA na educação superior em uma perspectiva de inclusão**. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2019.

MELO, Sandra Cordeiro de; CONSTANT, Elaine; FERREIRA, Adriana Teixeira. Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 73, p. 112–128, 2023.

NALIN, Luísa Macedo *et al.* Impactos do diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista em adultos. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 16, p. e382111638175, 2022.

OLIVATI, Ana Gabriela. **Percepção do suporte social e trajetória acadêmica de estudantes com transtornos do espectro autista em uma universidade pública**. 2017. 125



f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Universidade Estadual Paulista. Bauru, SP, 2017.

OLIVATI, Ana Gabriela; LEITE, Luciana Pereira. Trajetória de um pós-graduando com Transtorno do Espectro Autista. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 4, p. 609-621, 2017.

OLIVEIRA, Felipe Ganzert *et al.* Diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista de Alta Funcionalidade: Revisão de Escopo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 31, e0093, 2025.

REZENDE, Rosana Meire Cazadei. **Formação docente para inclusão do aluno com transtornos do espectro autista no ensino superior**. 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente/SP, 2019.

RODRIGUES, M. **Formação docente para inclusão de estudantes público-alvo da educação especial em cursos de licenciaturas da Universidade Federal de Rondônia**. 2018. 341 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara/SP, 2018.

SILVA, Giovanna Santos da. **Processos de inclusão de alunos autistas no ensino superior: a construção de um grupo de discussão**. 2024a. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SILVA, Kleyton José da **Habilidades sociais e expectativas acadêmicas como indicadores da adaptação de estudantes neuroatípicos ingressantes à universidade**. 2024b. Dissertação (Mestrado em Psicologia Cognitiva) Universidade Federal de Pernambuco/ RE, 2024.

SILVA, Solange Cristina da. **Acessibilidade para estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2020a.

SILVA, Tarcia Emanuella Oliveira. **Narrativa sobre práticas de ensino de ciências e matemática para um aluno com diagnóstico de TEA no ensino superior**. Diadema, 2024c, 143p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade Federal de São Paulo.

SILVA, Vanessa Caroline da. **O estudante com Transtorno de Espectro Autista nas universidades brasileiras**. 2020b. 162 f. Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba/PR, 2020b.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2014.